



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LÚCIO ALCÂNTARA
Deputado Federal



**AÇÃO PARLAMENTAR
PRIMEIRO SEMESTRE**

BRASÍLIA - 1983

52) 4225
(8) 42) 42)
42) 42)
AC
CÂEX.1
SEPARATA

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação

AÇÃO PARLAMENTAR
PRIMEIRO SEMESTRE

**Discursos pronunciados pelo
Deputado Lúcio Alcântara**

Coordenação de Publicações

BRASÍLIA -- 1983

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Separatas de Discursos, Pareceres e Projetos

47ª Legislatura — 1ª Sessão Legislativa

Nº 47

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Imprensa: instrumento eficaz para a preservação da Democracia | 5 |
| Medidas urgentes para o Nordeste | 7 |
| Ação governamental no setor urbano | 13 |
| Medidas urgentes por parte do Ministro Mário Andreazza para a solução da seca no Nordeste | 27 |

IMPRENSA: INSTRUMENTO EFICAZ PARA A PRESERVAÇÃO DA DEMOCRACIA

Sessão de 10 de março de 1983

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a crise econômica que perpassa a Nação nos deixa a todos, os que temos parcela de responsabilidade na condução dos destinos deste País, e aos brasileiros de modo geral, desalentados e perplexos, inquietos e ansiosos quanto ao nosso futuro. O desempenho medíocre da economia nacional, a submissão brasileira a uma ordem econômica iníqua e predatória, minam e abalam a confiança do povo nas elites dirigentes e semeiam por toda parte a apatia e a desesperança que vulneram a sociedade no que ela tem de mais caro, a confiança em si própria.

Em meio a esse quadro contristador emerge no espírito de nossas lideranças e das mais lúcidas figuras nacionais, políticos militantes ou não, do partido do Governo e da Oposição, a convicção de que não haverá solução para o impasse a não ser de natureza política; ou seja, somente a consolidação e a prática permanente da democracia, a conciliação em torno dos grandes objetivos nacionais e a edificação de instituições democráticas permanentes, nos devolverão a esperança, sem a qual não poderemos viver, e colocação o País na rota capaz de levá-lo ao destino grandioso que todos aspiramos para ele.

Já se disse que a democracia em nossa terra é planta tenra carente de cuidados e atenções especiais. A nós políticos cabe boa parte desses encargos. Inspirado e coordenado pelo Presidente João Figueiredo iniciou-se o processo de redemocratização do País impelido vigorosamente pela classe política e pela intensa mobilização da sociedade brasileira, culminando com a realização das eleições gerais em quinze de novembro do ano passado, marco da manifestação livre e soberana da vontade nacional.

Se é verdade que os políticos regam com diligência a planta da democracia para que ela cresça e se transforme na árvore

frondosa que todos almejamos um dia ver, é indispensável nutri-la do adubo que só a imprensa livre pode oferecer. Neste particular salta aos olhos a importância do papel por ela desempenhado para que o avanço do País em direção à democracia se faça de modo irreversível e seguro, sem estorvos outros que os encontrados no caminho de projetos de tamanha envergadura. Da grande imprensa escrita à imprensa alternativa, das modernas redes nacionais às modestas emissoras do interior, todas a seu turno têm contribuído de modo inequívoco para a plena restauração do regime democrático em nossa Pátria.

Para gáudio meu verifico que a cada dia a cobertura das atividades políticas ganha mais espaço nos órgãos de Comunicação e a importância que emprestam ao tema é também fiadora da abertura democrática. Vejo com entusiasmo a televisão dedicar crescente atenção aos assuntos políticos mobilizando todo seu potencial técnico e sua capacidade de sedução e envolvimento das pessoas para disseminar informações valiosas que permitam a todos conhecer e avaliar as idéias e propostas que a classe política tem a oferecer como solução para os angustiantes problemas nacionais.

Neste particular desejo mencionar especificamente a *Rede Globo de Televisão*, cujo contributo à integração nacional através da notícia é fato notório, destacando o realce que dá a personagens e matérias políticas, sem discriminação partidária, o que funciona como penhor do processo de consolidação da democracia no qual estamos todos empenhados. Exemplo significativo do que acabamos de afirmar é o programa "Bom dia Brasil", editado diretamente de Brasília, centro das decisões políticas nacionais, que diariamente pela manhã prende ao vídeo milhões de brasileiros quase compulsoriamente convocados a participarem do momento essencialmente político que vive a Nação.

Em minha primeira intervenção no plenário desta Casa queria deixar patente meu reconhecimento à imprensa pelo muito que tem feito em favor do aprimoramento das instituições brasileiras ora em curso, rogando para que ao lado dos políticos seja ela sempre instrumento eficaz para a preservação da ainda tênue democracia que começa a vicejar entre nós.

MEDIDAS URGENTES PARA O NORDESTE

Sessão de 23 de março de 1983

O SR. LÚCIO ALCANTARA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentarmo-nos e dizer a que viemos são, inicialmente, o objetivo desta oportunidade em que, pela primeira vez, ocupamos uma tribuna parlamentar.

Há os que, aqui, chegam em condições de pisar mais firmes, porque já escalaram os degraus da ascensão parlamentar como Vereadores e Deputados estaduais; para esses a chegada a esta tribuna, de qualquer forma, não terá o sabor da novidade ou do desconhecido, como só acontece aos que, como eu, a ela chegam noviciando.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fomos, sempre, do poder executivo. Muito cedo, fomos retirados da cátedra da Faculdade de Medicina do Ceará para a exercitação de cargos públicos.

Quando Secretário de Estado em três ocasiões, em contato com os parlamentares de meu Estado, vendo seu trabalho e sentindo a missão superior que desempenham, de logo nos sentimos atraídos para essa nobre política.

Posteriormente, ao assumirmos a honrosa função de Prefeito de Fortaleza, moveu-nos o desejo de deixar de ser um escolhido das chefias políticas para tornar-nos um eleito do povo.

A vontade se transformou numa inclinação irresistível e irrefreável, tanto que, ao final do quadriênio à frente da Prefeitura de Fortaleza, nos dispusemos à disputa eleitoral, que nos permitiu usufruir este presente momento histórico.

Aqui está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais um Deputado do Nordeste.

Asseguramos a V. Ex.^{as}, porém, que não lhes vamos repetir os números representativos de nossas seculares dificuldades.

Os arquivos desta Casa devem estar transbordantes dessas estatísticas de misérias e dos números da pobreza regional.

Vimos a esta Casa para nos incorporar aos demais representantes do Nordeste visando a ser mais um brado capaz de acordar a Nação e fazê-la conscientizar-se de que o nordeste não é um problema, uma natureza pobre ou uma preocupação para os Estados tidos como ricos, mas, sim, um pedaço de chão injustiçado e habitado por uma gente espoliada.

Exportamos cultura e transferimos mão-de-obra para o Sudeste, mas é evidente que seria exigir boa vontade extrema do resto do País fazê-lo aquilatar nossa ponderalidade através desses critérios não quantificáveis e até mesmo subjetivos.

Todavia, se direcionarmos à análise para os fatores objetivos, concretos e, expressivamente, matemáticos, há de se ver que, na circulação da riqueza, o Nordeste tem superávits e, por conseguinte, tem o que cobrar da Nação.

Na verdade, sua propalada miséria financia, à larga, a fartura do Centro-Sul.

Mais da metade do petróleo nacional do subsolo nordestino, senão de sua plataforma continental, é desse mesmo subsolo que se extraem as maiores parcelas da produção brasileira de chumbo, sal-gema, amianto, urânio, potássio, gipsita, fosforita, cobre, tungstênio e outros minerais.

Paralelamente, os propalados “recursos federais” que nos chegam, emergencialmente, são bem inferiores ao que a região anualmente, canaliza para os cofres da União.

Por essas e outras razões, V. Ex^{as}, nesta Casa, ou fora dela jamais ouvirão de nossa parte as preces aflitivas de quem roga favor, nem nossas mãos se postarão súplices, em atitude de imploração ao Governo Federal.

Não pediremos esmolas para o Nordeste.

O que o Nordeste quer é tratamento justo, retribuição e pagamento, e não favorecimentos e paternalismos.

Se, economicamente, os números permitem aos nordestinos expressarem-se dessa forma, no plano político, a região esbanja direitos a retribuição e tratamento excepcional.

Relembrem V. Ex.^{as} o dia 15 de novembro, e fácil será cotejar os números que ensejaram tirar o Governo da derrocada eleitoral. Fomos a região grata ao Presidente João Baptista Figueiredo.

Se, economicamente, nada temos com as Itaipus, as Ferrovias do Aço, as Rio—Niterói, o Programa Nuclear e monumentalidades outras que levaram o País à angústia do momento atual, igualmente não é nossa a responsabilidade pela perda da maioria no

Congresso e pelos azares do 15 de novembro. A bancada nordestina é ponderável e dará ao Governo João Baptista Figueiredo o respaldo de que necessita para enfrentar as árduas caminhadas do futuro.

Impõe-se, como uma das condições básicas para operacionalizar a nossa proposta para o Nordeste, repensar a miríade de órgãos e programas de âmbito nacional, regional, estadual e municipal que atuam na região. Torna-se extremamente enfadonho e desnecessário relacionar todas as instituições que atuam no Nordeste e discutir sua validade ou eficiência. No entanto, existem pontos comuns na forma de atuar e conseqüências geradas por este aglomerado de estruturas administrativas que estão longe de constituir um sistema. Tal assertiva encontra respaldo quando se observa que existem coincidência de objetivos, atribuições, atividades, áreas de atuação e público-meta, desarticulação entre estas estruturas e a sua total independência, na maioria dos casos. A coincidência nas propostas e na forma de atuar fere o princípio da divisão do trabalho, multiplicando os custos operacionais e comprometendo o curso das ações empreendidas, na medida em que existem invasões de áreas de competência. A total desarticulação por conta da diversidade e a falta de intercâmbio de informações entre as estruturas administrativas impedem um acompanhamento, controle e avaliação das ações empreendidas. Por fim, a independência entre estes organismos impossibilita uma complementação de ações e, em última análise, reduz, sensivelmente, a sua eficácia.

Acreditamos que as interferências governamentais em relação ao Nordeste devam ser novamente concebidas dentro de uma orientação sistêmica, onde haja uma convergência de esforços e recursos, através de estruturas bem definidas e conectadas. Entendemos que a atual crise econômico-financeira que a Nação enfrenta exige uma racionalização na nossa estrutura administrativa, visando a reduzir os gastos públicos. Tal racionalização consiste em evitar um elevado número de pequenos "sistemas administrativos", que onerarão sobremodo a execução dos programas. Ao mesmo tempo, a situação de extrema penúria do meio rural nordestino exige resultados mais efetivos, sobretudo no sentido de fortalecer a base econômica da região e de resolver os seus problemas sociais mais agudos.

— A tese central aqui defendida é que a evolução econômica do Nordeste esteve fortemente condicionada a decisões políticas ligadas a questões econômicas emergentes.

Esvaziada concepção do "crescimento econômico acelerado" como requisito básico para acumular o capital e depois promover a sua distribuição segundo critérios de justiça e equidade, hoje já não se tem mais dúvida quanto à necessidade de adotarem a curto

prazo, medidas redistributivas de renda. Tais medidas visam basicamente a expandir o mercado interno, para viabilizar um processo de industrialização e desenvolvimento rural e urbano. No tocante ao mercado interno, o Nordeste com 33% da população do País participa com apenas 10% da sua renda. Logo, medidas urgentes e eficazes devem ser tomadas, sem prejuízo de providências de médio e longo prazos, para elevar a renda média do nordestino e integrá-lo no mercado consumidor brasileiro.

A par da necessidade de expandir o mercado interno, medidas específicas devem ser adotadas para cada componente da pauta nacional de exportações, tendo em vista reduzir o nosso déficit no mercado externo. Esta perspectiva pode favorecer particularmente o Nordeste, desde que se dê ênfase a produtos que não requeiram importação de insumo, como acontece, por exemplo, com a indústria castanheira, coureira e de calçados. Com efeito, setores que pouco ou nada importam do mercado externo, beneficiam-se de uma política de maxidesvalorização cambial, como a adotada recentemente no Brasil.

O momento nacional e, particularmente, nordestino exige uma profunda reflexão que extrapola o âmbito partidário. O fundamental é que todos somos brasileiros e enfrentamos problemas comuns que devem sensibilizar não apenas os representantes do PDS, como também os dos partidos oposicionistas.

Acreditar no Nordeste, na sua capacidade de responder aos investimentos realizados e no importante papel que lhe cabe nesse momento histórico deve constituir tônica do grupo de trabalho que propomos seja formado. Essa concepção realista e mais compatível com a pujança, capacidade de trabalho e criatividade do nordestino deve substituir a ancestral visão paternalista que teimosamente persiste nas abomináveis "frentes de trabalho" ou congêneres.

Por sua vez, a formação de grupos de trabalho para estudar e propor medidas dos mais diversos teores e conotações representa a descoberta de novos caminhos para a ação parlamentar. Trata-se de promover uma integração entre o povo, através dos seus representantes reunidos em comissões técnicas, e o Executivo, tendo em vista aumentar a eficiência e a eficácia de suas intervenções em favor do Nordeste.

Será ilusório pensar numa mudança rápida da economia nordestina, sem que o poder central decida investir maciçamente nesta região, que deve merecer prioridade absoluta, em razão de fatores já aqui sobejamente discutidos.

O encaminhamento da nossa proposta é, pois, um desafio que lançamos a todos quantos lutam por um tratamento mais compatível com expectativas do povo nordestino.

É preciso criar uma consciência nordestina, como requisito de uma concepção mais ampla quanto ao momento político-econômico brasileiro. A partir dessa consciência e com alguma imaginação, pode-se descobrir um sem número de alternativas econômicas para o Nordeste, comparativamente vantajosas em relação a outras atividades do Centro-Sul do País.

Convém desfazer aquela imagem de pedinte, atribuída ao nordestino. O Nordeste exige o que lhe cabe no contexto da economia brasileira, e tem potencialidades e competência no sentido de contribuir para que o País supere esta crise e ingresse num real processo de desenvolvimento.

Uma vez que é incontestável a viabilidade econômica do Nordeste, o que nos resta é mobilizar a nossa representatividade política, que saiu bastante reforçada do pleito de 15 de novembro de 1982.

A nossa proposta, neste sentido, é criar uma comissão de Deputados e Senadores para repensar o Nordeste, transformá-lo numa "revelação" econômica, e concretizar as alternativas propostas através da representação de projetos de lei, que deverão ser respaldados pelo consenso político dos representantes do Nordeste e mesmo de representantes de outras regiões do País, sensíveis aos pleitos apresentados.

Vivemos uma crise de natureza eminentemente política, configurada nos termos de uma mudança que se impõe na orientação econômica e sobretudo na estrutura tributária do País. Tal mudança, salutar para resolver os nossos problemas mais agudos, depende de uma decisão política que deverá resultar do próprio desfecho do processo de redemocratização. Nesse desfecho, sobre aqueles a quem cabe representar os anseios do seu povo, pesa uma responsabilidade histórica que não permite meio termo ou vacilações.

Por sua vez, o argumento de que o Nordeste, para resolver seus problemas crônicos, exige dispêndios consideráveis do Governo Federal perde o seu propósito ante empreendimentos gigantescos como Itaípu e Ferrovia do Aço, de prioridade duvidosa e que nem por isso deixaram de ser apoiados pelo Governo.

Nada portanto, consegue desacreditar a idéia de que o Nordeste é questão prioritária e, apesar das dificuldades financeiras que enfrentamos, merece o apoio decisivo do Governo na montagem de um novo sistema sócio-econômico, capaz de integrar a região e fazê-la contribuir para o próprio desenvolvimento nacional.

A nós, políticos, resta a função básica de fazer valer os interesses maiores do Nordeste e do Brasil, a fim de não incorreremos numa omissão de tal porte que a história jamais nos perdoaria.
(Palmas.)

ACÇÃO GOVERNAMENTAL NO SETOR URBANO

Sessão de 25 de abril de 1983

O SR. PRESIDENTE (Wagner Guimarães) — Concedo a palavra ao Sr. Lúcio Alcântara, na qualidade de líder do Partido Democrático Social.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PDS — CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago um pronunciamento escrito, no qual abordarei a séria crise dos grandes centros urbanos brasileiros. No entanto, ocupando o horário destinado à liderança do PDS, não poderia deixar de me reportar ainda que brevemente, ao pronunciamento do nobre Deputado Agenor Maria, da Oposição, valoroso representante do povo do Rio Grande do Norte, que tem prestado a sua contribuição aqui no Senado Federal. Se, em grande parte, concordo com muitas das alusões que S. Ex^a fez no seu pronunciamento, até porque a gravidade da crise nacional é daquelas que não se pode negar, quero, todavia, aduzir que não se pode admitir insensibilidade no Presidente Figueiredo, porque S. Ex^a tem procurado, em todos os instantes, aproximar-se do povo brasileiro e adotar medidas, sejam políticas ou econômicas, de tal interesse da Nação. Se há desencontros, se há equívocos, ou se há falhas, as quais eu mesmo já denunciei desta tribuna em relação ao Nordeste brasileiro, não posso deixar de reconhecer a grandeza do projeto político do Presidente Figueiredo, a abertura democrática, iniciativas como a criação do FINSOCIAL e o próprio discurso que S. Ex^a pronunciou quando de sua visita à ONU, em que denunciou a ordem econômica internacional, em grande medida responsável pelos infortúnios, não apenas nossos mas de grande parte dos países subdesenvolvidos. Feita esta observação, atenho-me ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil atravessa hoje, provavelmente, o período mais difícil de toda a sua História como Nação livre e soberana.

O somatório de inúmeros fatores desagregadores de âmbito interno, com limitações na ordem econômica externa, compõem

hoje para a população brasileira de modo geral, e para as comunidades menos favorecidas de modo particular, um quadro de perspectivas extremamente desalentadoras.

Essa dura realidade econômica e social, infelizmente começa a definir contornos deveras preocupantes para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estão envolvidos com o processo de decisão neste País.

Os graves acontecimentos de 4 (quatro) de abril próximo passado, na grande São Paulo demonstraram muito bem a gravidade desse quadro econômico-social e, sem sombra de dúvida, representaram um sinal de alerta às lideranças deste País no sentido de que, somente mediante a introdução de mudanças mais estruturais no quadro político, econômico e social do nosso País, poderão ser superados os graves impasses com os quais se defronta hoje a Nação brasileira.

Preocupados com esse quadro inquietante acima referido, julgamos extremamente oportuno abordar neste plenário um dos desdobramentos mais graves do atual momento brasileiro, qual seja, a problemática dos centros urbanos brasileiros.

Uma análise mais detalhada desse assunto nos é, inclusive, facilitada pela profícua experiência que vivemos por quase 4 (quatro) anos à frente da Prefeitura Municipal de Fortaleza, hoje a 5ª cidade brasileira em população e com certeza das mais representativas em termos de problemas sociais urbanos.

Todavia, para falarmos dos problemas urbanos do Brasil, exigiria, antes de tudo, uma abordagem integrada, histórica e prospectiva do fenômeno da rápida urbanização do País, da dinâmica dos seus diversos sistemas e ciclos econômicos de produção e do processo de formação e evolução das suas estruturas sociais e dos seus sistemas de Governo.

Como não poderia deixar de ser, esta abordagem se aplicaria ao exame desses fenômenos, processos e aspectos a nível nacional, nas suas vinculações com fatos e períodos da própria História mundial.

De fato, ao analisarmos e enfrentarmos os problemas urbanos, entendidos como configurações espaciais ou funcionais deficientes na estrutura interna das cidades, inevitavelmente encontraremos as relações causais de sua conformação afetas a um dos mais destes aspectos aqui enumerados.

Não pretendemos, entretanto, nos estender aqui na abordagem direta destes aspectos, mas enfocar com mais ênfase os problemas urbanos específicos das cidades brasileiras, fazendo apenas referências indiretas e eventuais a estes aspectos causais mais abrangentes, aqui citados.

Paralelamente, ensaiaríamos algumas sugestões de encaminhamento de soluções alternativas para estes problemas.

Numa visão sintética dos problemas urbanos nacionais, percebidos na estrutura ou no funcionamento interno das cidades, ressaltaríamos como de maior significado, por refletirem ou mesmo induzirem indicadores mais graves de baixas condições de vida da população, as seguintes constatações:

É elevado o déficit habitacional urbano das maiores cidades do País. No caso de Fortaleza, por exemplo, constatou-se, de acordo com dados recentes, a necessidade de construção ou reposição de unidades habitacionais, que corresponderiam a cerca de 45% das habitações necessárias para abrigar a sua população.

É evidente a insuficiência de serviços públicos e equipamentos sociais, identificando-se baixos índices de atendimento, quanto aos serviços de saneamento básico e transportes coletivos e quanto aos equipamentos sociais de saúde, educação e lazer.

Em termos educacionais, vale ressaltar as limitações do sistema de ensino, que não possibilitam a formação de uma coletividade mais consciente e apta a uma melhor participação ante os problemas urbanos.

É grave o processo predatório pelo qual se expandem as cidades, provocando desequilíbrios ecológicos na escala urbana ou regional, altamente danosos à sobrevivência dos habitantes das áreas atingidas, bem como onerando a coletividade na solução de diversos problemas decorrentes dos abusos do particular e, até mesmo, do Poder Público, na ocupação do espaço natural.

Nestes casos, os problemas urbanos apresentam peculiar agravamento pelas dimensões que alcançam em algumas cidades do País, sem que viabilizem a contenção ou, pelo menos, a maior racionalização deste crescimento.

É baixo o poder aquisitivo da massa populacional urbana, em crescente relação de desequilíbrio com o custo de vida nos grandes centros, decorrente do desemprego e da natureza dos mecanismos de ofertas de bens e serviços, mesmo aqueles de primeira necessidade, quais sejam, a habitação, o vestuário, a alimentação, o transporte, a educação e o atendimento de saúde.

Em termos de comportamento social, na maioria de nossos centros urbanos, o individualismo e o ceticismo da população contribuem para o agravamento dos problemas comunitários e dificultam a sua solução. Este comportamento, associado à pouca eficiência dos serviços de formação e promoção social, dos mecanismos de representatividade política e dos modelos, instituições e instrumentos administrativos adotados, tem levado a um crescente dis-

tanciamento da comunidade em relação ao Poder Público, dificultando-lhe o alcance dos objetivos sociais a que se propõe e que são de sua competência.

É fácil ver a estreita integração que têm estas constatações entre si na conformação dos mais graves problemas sociais de nossas cidades.

Esses problemas se manifestam num complexo conjunto de condições subumanas de vida do habitante urbano e em deficiências funcionais na estrutura das cidades ou na sua administração e, no quadro das interações sociais, entre os que integram estas comunidades.

Também é notório que constatações desta natureza nos levam a uma compreensão maior de outros problemas urbanos, notadamente no que concerne à saúde da população e ao comportamento social, dando margem, respectivamente, a elevados índices de morbidade e mortalidade e a crescentes incidências de crimes e delinquências generalizados.

Assim, atravessa-se, no País, uma grave crise moral, em que as omissões, a atitude de elementos da comunidade, as deficiências da ação de cada um, homem público ou cidadão comum na observância, preservação e aprimoramento das instituições e mecanismos básicos de Governo, dão margem à ineficiência generalizada do sistema.

Disso tudo decorrem crescentes sentimentos de insatisfação e desagregação social, com graves repercussões sobre a comunidade nacional.

O estágio de urbanização, hoje alcançado pelo País, coloca, portanto, a cidade como laboratório central desses fenômenos e objeto principal das preocupações e medidas a serem tomadas pelo Poder Público.

O trato dos problemas manifestos na cidade, pela intervenção dos governos municipais, tem, entretanto, se mostrado difícil e, em muitos casos, inviável pelas dimensões, repercussões e relações, atualmente, apresentadas por problemas desta natureza.

Para muitos desses problemas, em princípio de solução funcional ou institucionalmente viável a nível municipal, a ação das prefeituras torna-se sobremaneira difícil pela pouca disponibilidade de recursos humanos e financeiros.

Em outros casos, as limitações de ordem institucional são os impeditivos maiores.

Para esses casos, que constituem a quase totalidade desses problemas, a participação municipal se restringe a ações paliativas

no quadro social e funcional urbano, sem atingi-lo ou enfrentá-lo nas suas raízes, pois estas extrapolam os limites físicos da cidade e a área de competência municipal.

De fato, apesar de esses problemas se configurarem de forma mais intensa nas cidades, por força do estágio de urbanização do País, as suas raízes básicas estão afetadas aos governos federal e estadual, visto que constituem, de fato e de direito, matérias de suas respectivas áreas de competência, quer do ponto de vista funcional, quer espacial, quer institucional.

Não há como desconhecer a relevância da escala e da natureza concentrada e a acelerada urbanização nacional, na conformação dos elevados déficits habitacionais e da infra-estrutura de serviços e de equipamentos urbanos, e este fenômeno se dá de forma significativa, na escala do Estado ou da região e do País, sendo pouco representativo o seu efeito sobre a cidade, enfocado na escala do Município.

Trata-se de urbanização complexa, fruto da evolução das relações interurbanas, inter-regionais e até mesmo internacionais, nos mais diversos setores de atividades humanas.

Nesse processo evolutivo, complexo e diversificado, alcança-se, hoje, no Brasil, uma taxa de urbanização de 67,57%, refletindo uma aceleração desse fenômeno, que quase duplicou, nos últimos trinta anos, a população residente nas cidades do País.

Esse fenômeno registrou, ainda, segundo o censo demográfico de 80, que, apenas, nove cidades concentravam 28% da população urbana de um país de quase quatro mil municípios, sendo que somente duas destas nove cidades — Rio de Janeiro e São Paulo — abrigavam certa de 17% da população urbana do Brasil.

O fato, além de exemplificar a enorme dimensão que atinge algumas cidades, configurando a base de graves problemas ecológicos nos sítios urbanos e respectivas áreas de influência, implica, ainda, uma ocorrência que se prenuncia grave, ou seja, o despovoamento do campo, afetando, conseqüentemente, o desempenho do setor primário, o que coloca em risco o provimento das cidades e desencadeia o recrudescimento dos problemas sociais urbanos.

Por outro lado, a urbanização acelerada, pela sua natureza, exigiria, inevitavelmente, ajustes sensíveis nos mecanismos de Governo, principalmente, nos campos institucional e financeiro e, notadamente, quanto à tributação e programação de investimentos. Parcelas crescentes da poupança governamental seriam investidas naqueles setores essenciais para o conforto e segurança das populações afluentes às cidades.

Da insuficiência dos recursos, aí alocados, para absorver demandas de tais proporções, decorrem, inevitavelmente, o acúmulo

de déficits de serviços e equipamentos urbanos e, conseqüentemente, a deterioração da qualidade de vida urbana, notadamente nas grandes cidades.

É bem possível que essa insuficiência de recursos resulte, em grande parte, da inviabilidade de qualquer sistema para cobrir, satisfatoriamente, a urbanização nessa velocidade e grandeza.

Entretanto, correlacionada com este quadro de carência nas cidades, a política nacional de desenvolvimento econômico, concentradora de renda e, especialmente, centralizadora de investimentos, fez recrudescerem desequilíbrios regionais e ampliou a pobreza entre as populações das regiões menos favorecidas e mesmo dos grandes centros urbanos já industrializados.

É certo que, paralelamente a investimentos no setor primário, em apoio a programas de subsistência ou de exportação e em complementariedade ao processo urbano, a política econômica de Governo manteve-se associada a esse processo de urbanização nacional. Assim, simultaneamente à urbanização concentrada, se promovia, em alguns dos grandes centros urbanos, a concentração de investimentos para a dinamização de atividades industriais, apropriando-se o Governo de oportunidades de mercado e de economias de aglomeração inerentes às formações urbanas.

Essa política, voltada à elevação do crescimento econômico, com base no incentivo à poupança e aos investimentos de mais rápido retorno e maior rentabilidade de capital, alcançou alguns êxitos na "elevação da taxa de poupanças com a duplicação do PIB no período de 1967 a 1973 e propiciando uma dinamização do mercado interno com o aumento do nível de consumo, em termos absolutos, de toda a população".

Esse modelo, entretanto, apesar de tentativas de adoção paralela de medidas de caráter redistributivo, em período mais recente, redundou no processo de crescente concentração de rendas, conforme se pode ver nos dados dos censos de 60 e 80. Exames desses dados detectaram que, enquanto em 1960, 50% correspondentes à população mais pobre do Brasil recebe 17,4% da renda nacional, em 1980, este mesmo percentual recebeu apenas 12,6% da renda nacional. Por outro lado, enquanto em 1960, os 5% mais ricos recebiam 28,3% da renda nacional, esta mesma faixa populacional recebeu, em 1980, 37,9% da renda nacional.

No período de 1960 a 1980, no qual se examinou esta concentração de renda, se situa o marco da passagem de um Brasil agrícola para um Brasil urbano e bem se pode compreender esta política econômica e seu quadro concentrador de renda como os bastidores nos quais se engendraram os cenários e o drama da miséria quase absoluta que marca o espaço maior de nossas cidades e a vida da maior parte da sua população.

Apesar dos êxitos parciais alcançados pelas ações de Governo, não há como empanar a gravidade destes resultados, não só pela repercussão que os seus efeitos têm para com o bem-estar social da população geral e da população urbana em particular, mas pela gravidade destes resultados para a manutenção ou soerguimento de uma economia interna sadia, desenvolvida e de maior independência, baseada em relações de maior justiça social e de melhor repartição dos benefícios entre todos os que contribuem para a sua construção.

Assim, além de se poderem reconhecer, nessa política econômica, os fundamentos, mecanismos ou instituições pelos quais, direta ou indiretamente, se elevam os custos dos bens e serviços necessários às populações urbanas acima de suas possibilidades aquisitivas, imputa-se à mesma grande parte da responsabilidade pelos custos sociais decorrentes da não-participação de expressivo percentual das populações de nossas cidades do usufruto desses benefícios.

É certo que, a nível das cidades, a má administração dos recursos disponíveis para investimentos em infra-estrutura física e social ou para controle urbanístico, também contribui para elevação desses custos sociais.

A nível das diferentes esferas de Governo, as programações de investimentos urbanos têm falhado pela falta de articulações internas e com programas econômicos integrados, não guardando, também, racionalidade em termos de coerência para com tendências recomendáveis de crescimento urbano ou para com padrões de uso e ocupação do solo, corretamente assumidos para a conformação das cidades.

Neste particular, as ações administrativas se desenvolvem sob a interveniência de fatores diversos.

O cidadão comum, isoladamente ou organizado em grupos, ou associações de classe, nas suas interações nos campos político, econômico e social, tem participação relevante no desempenho do Executivo, notadamente através da sua representação no Legislativo Municipal, para não falar de sua representatividade nos outros níveis de Governo.

Ações de grupos econômicos provocam, também, a manifestação destes problemas, através do processo de especulação imobiliária, induzindo o Executivo ou o Legislativo à adoção de medidas, muitas vezes, contrapostas às conveniências de crescimento urbano, à racionalidade administrativa e aos interesses comunitários.

No plano institucional, a fragilidade dos canais de representatividade da população por liderança política e de associações de classe, somada às deficiências na conscientização do habitante

urbano comum, coloca o administrador da cidade em situações de constante risco quanto ao acerto de suas medidas, à luz de sondagens das aspirações da comunidade.

A diversidade e dinamicidade urbanas dificultam a precisa identificação destes anseios a nível de uma representatividade real da coletividade, de forma rápida e hábil, comprometendo, assim, a apropriação dos recursos e as oportunidades que se apresentam ao Executivo, no atendimento das necessidades locais.

São, entretanto, atenuantes dos riscos neste processo decisório, o excesso de carências no meio urbano e as prioridades evidentes, por força dos conhecimentos já absorvidos no campo da ciência urbanística e no trato de problemas sociais básicos.

Isto não significa, todavia, a isenção de erros nas decisões administrativas por excessos tecnocráticos, na adoção de decisões vinculadas a raciocínios de comportamento perfeito de modelos idealizados, que, raramente, correspondem à realidade urbana, por sua diversidade e dinamismo.

Ouço V. Ex^a com todo prazer.

O Sr. Mário Frota — Ouço com atenção o discurso do nobre colega. V. Ex^a colocou, por várias vezes, o dramático problema do êxodo rural, que incha, evidentemente, as grandes cidades brasileiras. No entanto, não entendi por que V. Ex^a, até o presente momento, ainda não colocou o dedo na ferida. O problema, nobre Deputado, é a reforma agrária. No entanto, o Governo brasileiro quer fazer reforma agrária no Norte, onde as terras ainda precisam de homens, ao contrário do Sul e do Nordeste, onde os homens precisam de terras. No Norte e Nordeste não é reforma agrária o de que precisamos, mas de colonização, porque o grande proprietário de terras ainda é o Governo dos Estados e o Governo Federal, com as grandes estradas construídas na região. Desde a época dos romanos que por reforma agrária se subentende a distribuição da terra que já tem proprietário. Por que o Governo recuou da decisão de fazer uma reforma agrária no Nordeste, no Sul do País, onde de fato os homens precisam de terras? Por que o Estatuto da Terra até hoje ainda está engavetado e o Governo não tem condições nem coragem de enfrentar os grandes latifundiários do Nordeste, os grandes senhores, os grandes usineiros, os grandes fazendeiros, que ocupam grandes áreas, grandes glebas, enquanto o povo nordestino não tem onde plantar? Responda-me V. Ex^a. Se V. Ex^a disser que o problema do Brasil é de reforma agrária, então está sendo honesto, porque estará colocando, necessariamente, o dedo na ferida.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA — Nobre Deputado, quero afirmar a V. Ex^a que, quando do discurso que pronunciei nesta Casa, no

mês passado, no horário reservado ao Grande Expediente e tive oportunidade de abordar problemas do Nordeste, coloquei como alguma coisa de inevitável, se realmente se deseja uma solução definitiva para os problemas do Nordeste, a revisão fundiária. V. Ex^ª não perde por esperar e verá que, logo mais adiante, no meu discurso, quando sugiro algumas linhas de ação para que se minimize esse problema dos mais graves, no meu modo de entender insiro novamente a questão da terra como alguma coisa essencial, básica e que não pode, de maneira alguma, ser tangenciada. E, neste particular, concordo com V. Ex^ª plenamente, que esse é um dos elementos determinantes, um dos elementos que preside o terrível mal do êxodo rural, do despovoamento dos nossos campos, das nossas terras, o que é mais dramático, porque não se faz acompanhar sequer da mecanização agrícola, que as terras pobres não suportariam. Daí a maior gravidade ainda.

O Sr. Celso Barros — Permite V. Ex^ª um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA — Mas prossigo, concordando com V. Ex^ª quanto a esse remédio, que julgo heróico e absolutamente indispensável.

Nobre Deputado Celso Barros, prosseguirei pouco mais no meu discurso e já concederei o aparte a V. Ex^ª, o que será o maior prazer para mim.

Diante de tantos problemas e dificuldades para o encaminhamento de suas soluções, resta ao Poder Público em particular e às comunidades urbanas em geral o aprimoramento e criação de novas formas e instrumentos de ação.

Como primeiro passo, a definição de uma política urbana nacional global, pautada numa perspectiva de longo prazo para as cidades e sua população, atentaria para a realidade, com a qual hoje nos defrontamos, de um Brasil urbano.

Em sua mensagem ao Congresso, neste exercício, o Ex.^{mo} Sr. Presidente João Figueiredo aborda com propriedade essa matéria e antecipa sua intenção de encaminhar à consideração do Legislativo federal projeto de lei dispendo sobre o desenvolvimento urbano.

Mais uma vez, peço a S. Ex^ª que apresse o encaminhamento dessa matéria para o exame desta Casa. Trata-se de propositura das mais oportunas e cujo envio aqui anunciado por governos anteriores tem sido sempre inexplicavelmente protelado.

Tal procedimento representará, sem sombra de dúvida, significativo avanço do Poder Público no trato do problema urbano brasileiro. Pela primeira vez esta questão será enfocada com profundidade nas suas diversas nuances, e, no âmbito do Legislativo, haverá a oportunidade do mais amplo debate sobre tão relevante matéria.

A nível do Governo Federal, caberia ainda a reorientação de programas de desenvolvimento econômico, hábeis na diminuição de desequilíbrios regionais e no soerguimento das populações do nível de pobreza em que se encontram.

Neste sentido, a diversificação de pólos de desenvolvimento, com o reforço de novos centros ou centros pouco ativados e a atenuação do desenvolvimento dos pólos tradicionais, somar-se-ia ao aprimoramento da política fiscal como instrumento redistributivo de renda.

Em apoio a estas medidas, tentar-se-ia evitar a incidência de maiores pressões nas grandes cidades, atuando-se sobre os fluxos migratórios, com medidas complementares de incentivo à fixação do homem no campo, ou pela difusão de maior número de opções de destino, pelo fortalecimento de cidades de porte médio e pela implementação de núcleos urbano-agrários.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCANTARA — Nobre Deputado, um minuto e eu concederei a palavra, inicialmente, ao nobre Deputado Celso Barros, que precedeu V. Ex^a na solicitação do aparte.

Neste sentido, a permanência ao homem no campo dar-se-ia pela ampliação de incentivos à agricultura, a fim de gerar mais emprego, e pela intervenção decidida sobre a estrutura fundiária existente, considerada uma das causas básicas do êxodo rural. Os núcleos urbano-agrários atuariam como pequenas comunidades rurais no campo ou na periferia imediata de pequenas cidades ou vilas e sua sustentação econômica seria feita com a semimanufatura de bens, a partir de matérias-primas locais. As cidades de porte médio, fortalecidas através da oferta de emprego e conforto urbano, funcionariam como barreiras aos fluxos migratórios diretamente do campo ou pequenas vilas ou cidades, para os grandes centros urbanos.

Em termos estratégicos, de forma especial, na área de educação, se recomendaria promover a reorientação e o reforço do ensino nos níveis de formação básica, incluindo-se especial atenção à formação do menor, proporcionando escolinhas maternas, apoiadas por redes de creches, e escolas profissionalizantes de nível médio, voltadas à realidade local. O ensino gratuito, predominante nesta faixa de ensino, seria meta básica a se alcançar a médio prazo, a formação e treinamento de pessoal especializado para atuar objetiva e criteriosamente neste campo seria fundamental para viabilizar a saída de meras intenções ou esforços formais às realizações efetivas e de resultados concretos.

Nesta reorientação de ensino, a compreensão da cidade, sua natureza ecológica e a importância da vida associativa e da ativi-

dade política seriam áreas enfatizadas na formação do novo perfil do cidadão urbano.

A ênfase na educação profissionalizante, integrada a uma política econômica que viabilizasse a sua absorção imediata, forjaria um cidadão atuante, responsável e distanciado do ócio que lhe possa tolher o potencial de realização ou levá-lo à delinqüência.

Ainda, a nível federal, de imediato, todo o esforço deveria ser desenvolvido na indução da integração, de fato, de recursos, mecanismos e instrumentos dos diferentes níveis de Governo para sanar os problemas urbanos, de acordo com a realidade de cada cidade.

Através da indução desta ação integrada, prestigiar-se-ia, paulatinamente, a participação do Poder Municipal no progresso decisório para a solução de problemas urbanos, afetos a órgãos de outros níveis de Governo, mas do qual decorrem ações de contundentes repercussões nas cidades. Assim, programas habitacionais, programas de saneamento, projetos ferroviários, entre tantos outros, ajustar-se-iam às reais conveniências das cidades, referendados pelos seus Poderes Executivo e Legislativo, tomando-se por base controles locais para tanto estabelecidos.

O aperfeiçoamento deste processo deveria levar a gradativos ajustes nos sistemas de tributação e na elaboração da programação de investimentos urbanos, hoje altamente centralizados pela União, propiciando-se maior respaldo financeiro direto ao Poder Municipal e melhor flexibilidade no uso de recursos disponíveis, originalmente, para setores específicos, mesmo de outros níveis de Governo, *no atendimento das reais necessidades de uma determinada cidade*. Assim, cidades, com grandes problemas habitacionais ou de saneamento e poucos problemas de circulação, não se obrigariam por uma mera disponibilidade financeira setorial à aplicação de recursos na execução de avenidas que, em pouco ou nada, beneficiariam a comunidade, se comparadas com os setores mais carentes.

A nível da estrutura das cidades caberiam recursos institucionais mais eficazes que limitem o crescimento indefinido de áreas loteadas, vinculando-o ao limite de "áreas de expansão urbana", estabelecidas, apenas, em função de se abrigarem projeções demográficas para períodos limitados de cinco a dez anos de previsão sobre o futuro da cidade.

Neste caso, para se evitar a especulação imobiliária de um declínio na oferta de lotes, seriam criados e aplicados instrumentos fiscais adequados, em termos de Imposto Territorial Urbano ou mesmo sobre as rendas de transações imobiliárias.

Tais instrumentos fiscais induziriam as vendas proporcionalmente ao crescimento demográfico e de forma racional, comercia-

lizando-se os lotes pela sua localização, na direção do centro para a periferia.

Também, deveria ser limitado, senão o crescimento da cidade, pelo menos, o seu crescimento continuado, garantindo-se a preservação de espaços naturais a nível de se conservar o microclima na cidade, em níveis satisfatórios para conforto e segurança do habitante urbano. Áreas deste tipo poderiam ser obtidas, através de desapropriações, permutas de áreas, controle de aprovação de loteamentos ou decreto federal estabelecendo faixas *non edificandi* de equilíbrio ecológico.

O aproveitamento de tais áreas seria possível em parques, colônias agrícolas-modelo ou pequenas áreas de agricultura intensiva, apropriando-se o proprietário de incentivos, para isso, especialmente estabelecidos.

Na estrutura interna das cidades, uma diretriz fundamental seria a promoção do bem-estar imediato das populações carentes, através do atendimento de suas necessidades básicas, como emprego, habitação, saúde, alimentação e transporte, pelo uso de tecnologias simplificadas e de baixo custo.

Para a racionalização da expansão urbana, de uma forma geral, e o benefício do setor habitacional, em particular, a indução do preenchimento dos vazios urbanos, através do aprimoramento de instrumentos fiscais como o IPTU, a contribuição de melhoria e o Imposto de Renda, seria fundamental.

Da mesma forma, seria oportuna a formação de um fundo de terras para habitações populares. Os recursos seriam obtidos através da reserva, em favor do Poder Público, de um percentual adicional de área em novos loteamentos. Estas áreas seriam, então, negociadas pela entidade responsável pela construção de habitações populares. Com os recursos daí auferidos, a entidade adquiriria os terrenos necessários para as habitações populares. Outra fonte alternativa destes recursos seria a doação de terrenos urbanos ociosos pela União, Estado ou Município.

Nesse sentido apresentei, na sessão de hoje, projeto de lei estabelecendo que todos os que tiverem construído, há mais de um ano, habitações, de qualquer natureza, em terras públicas devolutas, terão direito real de uso de acordo com outorga, que será feito pelo Poder Público competente.

Ouçõ V. Ex^a, nobre Deputado Celso Barros.

O Sr. Celso Barros — Nobre Deputado, é correta a análise que V. Ex^a faz da realidade fundiária e agrária do nosso País. É construtiva a crítica que formula. Mas eu quero afirmar aqui, que, desde que acompanho a vida do Congresso Nacional, nos governos democráticos e arbitrários, desde Getúlio Vargas até o

presente — para falar naqueles mais próximos de nós — tenho verificado que o tema da reforma agrária sempre constituiu um dos principais assuntos de debates desta Casa e, até agora, a reforma agrária não se fez. Então indagaria a este Plenário: Por que não se fez? Porque a maior parte dos brasileiros quer solucionar o problema agrário através daquela reforma consubstanciada amplamente num livro famoso, que se escreveu no Brasil justamente para impedir a reforma agrária, ou seja, aquela obra da lavra de quatro autores, dois dos quais eu menciono os nomes — D. Sigaud e Plínio Correia de Oliveira, ou seja, “Reforma Agrária, Questão de Consciência”. Muitos supõem que a reforma agrária é uma questão de consciência, quando realmente não o é. A reforma agrária é uma questão de justiça social. Colocada nesses termos, temos que exigir não apenas a participação direta do Governo, por certo o maior responsável por ela, mas também a deste Congresso. E quero dizer a V. Ex^a que o problema agrário continua, hoje, como estava no passado, submetido aos mesmos critérios individualistas a serviço de uma classe poderosa que se tem beneficiado desse sistema e dessa situação. Quando vemos, por exemplo, que leis importantes como o nosso Código Civil, ainda abrigam o instituto da enfiteuse, instituto medieval e incompatível com o espírito de reforma e de justiça social dos nossos dias, então o problema da reforma agrária há de ser colocado dentro daquele plano da justiça social em que todos haveremos de colaborar. E V. Ex^a traz para este plenário uma valiosa contribuição através da qual haveremos de partir, não para ter da questão da reforma agrária apenas uma noção contemplativa ou uma questão de consciência, mas partir para um trabalho coeso deste Congresso Nacional em favor de uma reforma que atenda aos postulados da justiça social.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA — Agradeço ao nobre Deputado Celso Barros a importante contribuição que trouxe ao meu discurso.

O meu tempo está praticamente esgotado. De forma, nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, que me vejo privado, nesta oportunidade, de enriquecer o meu discurso com o aparte de V. Ex^a, que é alguém respeitado por nós pelo seu passado de atuações nesta área.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Serei breve. Apenas secundarei o magnífico aparte do Deputado Celso Barros ao discurso sério, à análise correta que faz V. Ex^a mas, se meditar um pouco mais, V. Ex^a verá que o problema urbano tem raiz no desajustamento, na má distribuição da propriedade territorial no Brasil, o que, aliás, está na base de todos os nossos problemas.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA — Não sei se V. Ex^a me ouviu bem, mas eu concordava exatamente com o nobre Líder do PMDB,

quando fazia a minha observação, que foi inclusive, assunto de uma anterior intervenção minha nesta Casa, agora ratificada neste pronunciamento.

Concluo, Sr. Presidente e Srs. Deputados:

A diretriz recomendável para a oferta de habitações populares seria a sua observância aos mecanismos de mercado, para se resguardar a potencialidade deste fundo. A impossibilidade disso, em muitos casos, para populações mais carentes, recomendaria adoção de soluções alternativas na oferta destas habitações sob a forma de aluguel de casa ou arrendamento de lote.

Desta forma, promove-se o homem pela oferta de habitação e de programas de ação social complementares, mas, evitando-se atuação paternalista, resguardar-se-ia o recurso potencial do imóvel em favor do Poder Público para uso em programas sociais futuros. Até mesmo, por exemplo, com padrões habitacionais inovadores, a fim de se atender a um maior número de beneficiários.

Na área dos transportes coletivos urbanos, a par de uma agressiva atuação do Governo na sua ampliação e melhoria, poder-se-ia implementar um subsídio ou auxílio de transporte aos trabalhadores, a ser pago pelas empresas e dedutível do IR, na forma de passes coletivos para as empresas de transportes, já em operação.

O planejamento urbanístico e mecanismos fiscais seriam, ainda, utilizados na definição e indução da localização de empregos, notadamente em função da maior proximidade de residências de população de baixa renda, atenuando-se com isso, as pressões quanto à demanda por transporte coletivo urbano e os efeitos do setor sobre o orçamento familiar dessas comunidades.

Em todos esses campos de carências, na escala da cidade, a ação da municipalidade seria evidentemente limitada. Fundamentalmente, a curto prazo, qualquer atuação sua seria de resultados pouco duradouros e de efeito paliativo, visto que, no cerne das questões tratadas, estariam os fatores adversos, aqui já referidos.

A complexidade dos problemas urbanos e a velocidade de seu crescimento cumulativo estão a exigir, assim, cada vez mais, ações do Poder Público de maior abrangência e profundidade no trato das cidades.

Estamos conscientes da realidade com a qual nos defrontamos e das disponibilidades e limitações para a ação governamental no setor urbano.

Da mesma forma, ansiamos pelo maior aperfeiçoamento desta ação do Poder Público. E, como representantes do povo brasileiro nesta Casa Legislativa, trabalharemos sempre por esse objetivo.
(Palmas.)

**MEDIDAS URGENTES POR PARTE
DO MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA PARA A
SOLUÇÃO DA SECA NO NORDESTE**

Sexta-feira, 27 maio de 1983

O SR. LÚCIO ALCANTARA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ninguém ignora que o Nordeste e particularmente o Ceará vivem momentos de grandes dificuldades decorrentes de sucessivos anos de seca e dos problemas surgidos em função da grave crise econômica por que passa o País.

A economia da região encontra-se desorganizada, o desemprego campeia, a produção agrícola é praticamente nula e a falta de água até para o consumo humano coloca em risco a vida das pessoas, provocando um êxodo rural dantes nunca visto. Não apenas as propriedades rurais e as pequenas cidades do interior, mas a própria capital, Fortaleza, se ressentem, algumas agudamente, da escassez de água para o abastecimento de suas populações. Anuncia-se para este mês ainda o início de racionamento no abastecimento de Fortaleza, privando-se a população em pelo menos um dia do suprimento de água através da rede pública operada pela Companhia Estadual de Água e Esgoto.

Se é verdade que o Governo federal vem procurando, ainda que deficientemente, empregar a população rural liberada como conseqüência da ausência de trabalhos agrícolas, bem como provê-la dos alimentos indispensáveis à sua sobrevivência, a questão da oferta de água avulta pela sua importância e requer providências governamentais imediatas.

Apelamos, pois, para o Ministério do Interior, no sentido de que adote providências imediatas para assegurar o abastecimento de água às populações rurais e urbanas do Ceará, mobilizando todos seus recursos para o cumprimento dessa tarefa difícil mas imprescindível e urgente.

É o Ceará inteiro, sedento, que fala pela minha voz!!! A resposta não pode tardar, pois a tragédia força nossa porta e as

batidas que se ouvem subirão de tom até acordarem os responsáveis pela situação e que ainda não se deram conta da gravidade que ela contém.

No início desta semana, dentro da conduta que tem orientado nossa atuação parlamentar, mantivemos entendimento com o Ministro Mário Andreazza, solicitando providências para os assuntos aqui levantados e de modo específico pedindo, dentro do plano global, autorização para que o DNOCS inicie a construção de barragem projetada sobre o rio Mundaú, no Município de Uruburetama, antiga aspiração de toda a gente situada naquela região.

Hoje encontra-se em Fortaleza o Ministro Mário Andreazza, e ali S. Ex^a haverá de sentir, com toda a certeza, a importância do problema e a necessidade urgente de se equacionar uma solução antes que se torne impossível resolvê-lo satisfatoriamente.

Esperam os cearenses, ansiosos, que o Ministro do Interior, falando em nome do Governo da União, anuncie ao Ceará as medidas que todos aguardamos impacientes, pois reclamadas em nome dos mais comezinhos princípios de solidariedade humana.

Câmara dos Deputados



Câmara dos Deputados
CAM00173144



SENADO FEDERAL
CENTRO GRÁFICO